

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A HERANÇA DE BALBINA: IMPACTOS DA DESTERRITORIZAÇÃO
CAUSADA PELA HIDRELÉTRICA NOS ATINGIDOS POR BARRAGEM

Bolsista: Vanessa Bulcão da Silva, FAPEAM

PARINTINS
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-SA/0003/2010
A HERANÇA DE BALBINA: IMPACTOS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO
CAUSADA PELA HIDRELÉTRICA NOS ATINGIDOS POR BARRAGEM

Bolsista: Vanessa Bulcão da Silva, FAPEAM
Orientador: Prof. Msc. Renan Albuquerque Rodrigues

PARINTINS
2011

RESUMO

Falar sobre a problemática dos atingidos pela instalação da Hidrelétrica de Balbina, em grande parte, se pensou na urgência da conservação dos recursos naturais da Amazônia, em concordância com o desenvolvimento sustentável dos seus povos. A importância do estudo se mostra por meio da necessidade de esclarecer as variações das formas de pensar dos atingidos por barragem, processo contado por meio de narrativas. O projeto teve como objetivo investigar, por meio de narrativas, em que medida a desterritorialização originada pela instalação da Hidrelétrica de Balbina gerou impactos sociais aos moradores do entorno da barragem e ambientais no local onde foi construída. Os entrevistados são comunitários que viveram intensamente esses problemas ocasionados por Balbina na época de sua construção e permanecem atualmente morando na área de influência da Usina. Os participantes foram escolhidos por *snowball sampling method* (método bola de neve), utilizando a técnica de entrevista em profundidade, com inclinação para história oral. Foram descritas co-ocorrências de respostas objetivas acerca dos impactos de Balbina, no âmbito social. Foi utilizada técnica de análise de conteúdo para a categorização das respostas (BARDIN, 1977) subjetivo-descritivas e tabulação dos dados, sendo avaliadas as falas de moradores que habitam às margens da usina. Em todo o processo se observou a similaridade de opiniões negativas em relação a Hidrelétrica, a insatisfação dos moradores pelos danos sociais, financeiros e ambientais se torna visível através da análise das entrevistas. O descontento transparecido nos resultados da pesquisa mostra a comodidade com que os danos ao meio ambiente e quem está inserido nele são tratados na região norte, e a narrativa como uma modalidade comunicacional também usada para descrever um fato vivenciado continuamente, apontou através dos relatos como está a situação desses atingidos passados mais de vinte anos da construção de Balbina.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Atingidos por barragem, 2. Narrativas, 3. Hidrelétrica de Balbina.

ABSTRACT

To talk about the problem of the reached by the installation of the Hydroelectric power station of Balbina, largely, her in the urgency of the conservation of the natural resources of the Amazonian, in agreement thought with the maintainable development of their people. The importance of the study is shown through the need of explaining the variations in the ways of thinking of the reached by dam, counted process through narratives. The project had as objective investigates, through narratives, in that measured the desterritorialização originated by the installation of the Hydroelectric power station of Balbina generated social impacts to the residents of the I spill of the dam and environmental in the place where was built. The interviewees are community that you/they lived those problems intensely caused by Balbina at that time of his/her construction and they stay living in the area of influence of the Plant now. The participants were chosen for snowball sampling method (method snowball), using the interview technique in depth, with inclination for oral history. Co-occurrences of objective answers were described concerning the impacts of Balbina, in the social extent. Technique of content analysis was used for the categorization of the answers (BARDIN, 1977) subjective-descriptive and tabulation of the data, being appraised the residents' speeches that inhabit to the margins of the plant. In whole the process the similarity of negative opinions was observed in relation to Hydroelectric power station, the residents' insastifação for the damages social, financial and environmental if it turns visible through the analysis of the interviews. I appeared him in the results of the research shows the comfort with that the damages to the environment and who is inserted in him are treated in the north area, and the narrative as a modality comunicacional used also to describe a fact lived continually, it appeared through the reports as it is the situation of those reached past more than twenty years of the construction of Balbina.

WORD-KEY: 1. Reached by dam, 2. Narratives, 3. Hydroelectric power station of Balbina.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
1.1. <i>Hipótese</i>	08
2. DESENVOLVIMENTO.....	09
2.1. <i>Fundamentação Teórica</i>	09
2.2. <i>Abordagem Metodológica</i>	18
2.2.1. <i>Loca</i>	18
2.2.2. <i>Amostra</i>	20
2.2.3. <i>Procedimentos de coleta</i>	21
2.2.4. <i>Procedimento de Análise dos Dados</i>	21
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
3.1. <i>Descrição geral das narrativas relacionadas à desterritorialização em comunidades do entorno de Balbina</i>	25
3.2. <i>Especificações das categorias e suas dimensões</i>	28
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	37
5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
6. CRONOGRAMA.....	48

Figuras

Figura 2.2.1	19
Figura 3.1	25
Figura 3.1.1	26

INTRODUÇÃO

A Hidrelétrica de Balbina, no município de Presidente Figueiredo, a 112 quilômetros da capital, cuja construção iniciou-se próximo à Cachoeira Balbina, no Rio Uatumã, no ano de 1981, Foi uma das obras, iniciadas pelo governo militar e seus sucessores — que as continuaram após a queda do regime, em 1985.

A importância do estudo se mostra por meio da necessidade de esclarecer as variações das formas de pensar dos atingidos por barragem, que sofreram uma violência territorial imposta pelo Estado, processo que se pretende contar por meio de narrativas. Como o objeto de estudo, é a análise de narrativas, será investigado no conteúdo das entrevistas coletadas quais as principais opiniões entre os atingidos pela instalação da hidrelétrica de Balbina sobre a mesma. A partir dessas opiniões se definirá como esses atingidos se referem a essa questão problema, que é a desterritorialização, e como ela é descrita por essas pessoas.

As centrais hidrelétricas brasileiras geram, como todo empreendimento energético, impactos socioambientais, como alagamento das áreas vizinhas, aumento no nível dos rios e, sobretudo, mudança no curso do rio represado, prejudicando fauna e flora da região. Em grande parte dos casos, como foi o que aconteceu no Estado do Amazonas, o prejuízo acontece e é percebido também com o passar dos anos, restando ao poder público mitigá-lo quando possível ou às populações residentes nas áreas atingidas sofrerem as consequências sociais do problema.

Em se tratando de interação social no território do entorno da hidrelétrica de Balbina, é importante enfatizar que os homens e mulheres que vivem em meio à realidade amazônica tendem a desenvolver seu senso comum, crenças e atitudes, bem como valores e ideologia, a partir do meio que os circunda.

Por isso, é de fundamental importância a sensibilização da sociedade para o fato de que Balbina faz parte do conjunto de ecossistemas e área onde moram populações tradicionais

e indígenas da Amazônia e não pode ser ignorado em suas peculiaridades. É preciso haver conscientização dos limites da intervenção humana na natureza e a espacialização, desta feita, tende a ser observada em sua completude, pois abarca uma miríade de fenômenos.

É essencial apontar que a importância do estudo também dá-se no âmbito da necessidade de esclarecer a variabilidade das formas de pensar dos atingidos por barragem, que sofreram uma violência territorial imposta pelo Estado.

Objetivo Geral

Explorar discursos que descrevam impactos causados a partir da desterritorialização ocasionada pela Hidrelétrica de Balbina, localizada no município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas.

Objetivos específicos

1. Identificar tendências discursivas dos atingidos pela barragem em relação à desterritorialização sofrida;
2. Categorizar essas tendências discursivas a partir de conteúdos co-ocorrentes e similares;
3. Apontar quais foram as principais opiniões geradas a partir desses discursos.

1.1. HIPÓTESE

Por se tratar de um trabalho exploratório, pautado mediante aportes da pesquisa básica, o presente estudo é guiado pelas seguintes hipóteses (todas H_1 , de aceitação): a) as tendências discursivas dos atingidos pela barragem da Hidrelétrica de Balbina são, sobretudo, negativas em relação à usina, dado que a construção da obra afetou o *modus vivendi* e o *ethos* da população residente historicamente no local; b) Pessoas com maior tempo de residência na área em que houve a desterritorialização causada pela hidrelétrica tendem a desenvolver maior sentimento de aversão à usina.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Cabe delimitar os conceitos a) meio ambiente, b) desterritorialização, c) estudos comunicacionais, d) atingidos por barragem e e) narrativas os quais serão utilizados na pesquisa.

Meio Ambiente

Inúmeras conceituações sobre meio ambiente estiveram atreladas à proposta de desenvolvimento sustentável, ou, como denomina Veríssimo *et al.* (1996), ecodesenvolvimento. Desde a conferência de Estocolmo, 1972, até hoje, a preocupação em se concretizar um conceito sobre meio ambiente é vigente. Desta feita, é razoável afirmar que a noção de meio ambiente nasceu e progrediu de tal maneira que, atualmente, ela não está desvinculada de implicações ante a temática do desenvolvimento sustentável. Assim, será feito um breve histórico sobre a conceituação referida.

Diferentes reuniões intercontinentais que resultaram na aprovação de documentos supranacionais tiveram o objetivo de resguardar o conceito de meio ambiente: entendido enquanto provedor, de maneira sustentável, do alimento linguístico, econômico, histórico e cultural que nutre os povos — tais como as realizadas no Clube de Roma, em 1968; em Estocolmo, no ano de 1972; a Eco 92, no Rio de Janeiro em 1992; a Agenda 21, no mesmo ano e local; a Rio+10, em 2002; o Protocolo de Kyoto, em 2003; e a Cúpula de Copenhague (COP-15), em 2009. É perceptível, dessa maneira, que a proposta da sustentabilidade vem sendo unida à ideia de meio ambiente, e vice-versa, apesar de muita falta de atitude por parte de dois países megapoluidores ambientais, EUA e China, ainda ser notada.

A concepção não foi forjada em poucos anos. Foram necessárias três décadas para que a moderna noção de meio ambiente fosse gerida de tal forma, mais evoluída e coerente com as urgências do fim do século XX e do novo milênio.

A tentativa inicial de vincular o conceito de meio ambiente à noção de desenvolvimento sustentável aconteceu em 1973, ano em que o primeiro relatório do Pnuma foi estabelecido definitivamente. O canadense Maurice Strong afirmou, na época, que o mais importante para se definir meio ambiente era questionar o caráter tecnocrático do planejamento tradicional, visando direcionar ações em zonas rurais de países em desenvolvimento para a incorporação da racionalidade da prudência ecológica. Surgia, então, a ideia de ecodesenvolvimento, que mais tarde seria reformulada para desenvolvimento sustentável, a qual justamente preconizava a gestão racional dos ecossistemas locais, aliada à valorização do *know-how* e da criatividade das populações envolvidas no processo.

Um ano depois, o conceito — que já visava englobar paradigmas do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável — foi largamente disseminado a partir de sua reelaboração por Ignacy Sachs. O ecodesenvolvimento passou a ser compreendido como conceito aplicável também a centros urbanos e a sugestão de autonomia sustentável das populações foi reavaliada. De maneira que o meio ambiente passou a ser entendido como área de desenvolvimento endógeno e dependente de suas forças próprias, submetida à lógica das necessidades do conjunto da população, consciente de sua dimensão ecológica e buscando estabelecer uma relação de harmonia entre o homem e a natureza.

Com os novos aportes de Sachs, a participação popular nas tomadas de decisões quanto à exploração da natureza, via programas de desenvolvimento, e nas ações para a preservação dos recursos naturais, foram externalizadas. A noção ecológica de desenvolvimento sustentável, aqui ainda entendida como ecodesenvolvimento, começava, por fim, a ser estudada juntamente com problemas como desigualdade social, pobreza, fome e

falta de emprego, sendo pesquisada enquanto pressuposto importante para a conservação da vida.

Em 1974, a Declaração de Cocoyoc, resultante da Unctad (Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento) deste mesmo ano e do Unep (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), e em 1975, o relatório O Que Fazer?, oriundo da fundação alemã Dag-hammarskjöld, foram decisivos para que o ecodesenvolvimento passasse a ser chamado de desenvolvimento sustentável. Os dois documentos foram compilados por diversos cientistas do planeta, os quais estavam não apenas entusiasmados com a proposta, mas também queriam contribuir para uma ampliação dela. O que realmente ocorreu.

Foram 12 longos anos até que o conceito de ecodesenvolvimento fosse suplantado, o que aconteceu em meados da década de 80, na reunião da ONU, quando a afirmação “desenvolvimento sustentável” foi sugerida pela ex-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, por meio do “Relatório Brundtland”, cujas conclusões acerca do novo conceito foram apresentadas em várias línguas, via livro Nosso Futuro Comum (1987). Mediante esse relatório definiu-se como desenvolvimento sustentável aquela ação que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

O Relatório Brundtland não salientou muito de relevante ao que já havia sido discutido desde Estocolmo, mas teve por mérito aglutinar para a discussão diversas empresas de todo o mundo, além de caracterizar de forma concreta, com imensa objetividade e precisão, o conceito de desenvolvimento sustentável.

A questão que envolve a degradação ambiental nos países desenvolvidos cedeu espaço, após o Relatório Brundtland, em 1987, a uma visão de que os países em desenvolvimento exercem um papel na degradação dos recursos naturais e ambientais até mesmo mais expressivo do que os países desenvolvidos. A partir daquele Relatório, conhecido também como "Nosso Futuro Comum", a degradação ambiental passou a ser associada ao grau de pobreza da população, resultando em vários estudos que visavam detectar

alguma relação entre a condição de pobreza e a degradação do meio ambiente. (WAQUIL, FINCO, MATTOS, p. 57, 2004).

Historicamente foi ampliado o conceito de ecodesenvolvimento para desenvolvimento sustentável, o que desembocou na percepção de que o meio ambiente, por si só, dialoga tal qual um ser social com os coletivos, sendo esta uma relação de interdependência, como trata Milton Santos (1994).

(...) um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo da sociedade não é independente da forma (os objetos geográficos) e cada forma encerra uma fração de conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas, contendo cada qual frações da sociedade em movimento. (p. 26-27).

Desterritorialização

Ser desterritorializado é sair, por vontade própria ou à força, de um território, perdendo em parte ou por completo contato com aquela dada realidade antes vivida e se incorporando a um novo cotidiano (GUATTARI & ROLNIK, p. 323, 1996). Sofrer com a desterritorialização é ser vítima de uma desapropriação material e simbólica, sobretudo porque a territorialidade diz respeito a um conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (Idem. *op., cit.*).

A desterritorialização, sendo o ato de subtrair um território, pode ser entendida como uma violência, caso a saída do lugar não seja opcional; caso ela seja obrigatória e forçada, o que advém dessa subtração territorial, muitas vezes, pode se tornar um problema, seja econômico, psíquico, cultural ou religioso, entre outros. Um problema que, por sua própria natureza, no caso impositivo, é individual ou coletivo e pode atingir populações em proporções maiores ou menores, dependendo do processo em que se construiu a territorialização e os meios pelos quais se deu a desterritorialização.

Deleuze (apud GUATTARI e ROLNIK, 1955) descreve uma metáfora que ajuda a entender o conceito. Note-se a seguir.

O autor enfatiza que nossa espécie modificou sua animalidade em um processo antes lento e agora acelerado. Segundo ele, hoje, vivemos um dos momentos mais problemáticos da humanidade, fomos e somos influenciados pelas diversas instituições. É claro que depois que estamos no topo da montanha precisamos nos adaptar, queiramos ou não, com esta altitude, diz Deleuze (Id., *op.*, *cit*). Faremos isto através de medicamentos, ou passamos mal. Ainda que descêssemos ao nível do mar, o mal da altitude não cessaria rapidamente. E o mais notório é que depois de conhecer a altitude, ainda que com sofrimento, não queremos deixá-la para sempre, pensamos de vez em quando em ir ao nível do mar, mas voltamos à montanha.

Santos (1998), partindo do suposto de que território é aquele espaço de estabilidade e organização, sugere que a ação de desterritorializar é uma ação de desordem, de fragmentação para encontrar novos saberes, menos instituídos, adotando uma percepção diferenciada que está pronta para descobrir novas ideias além das previstas. Ele entende que a sociedade produz-se ao produzir o seu espaço e o modo de produção da sociedade é o modo de produção do seu espaço.

Nesse contexto, o que é passível de interpretação a partir dos estudos de Santos é que o processo de destruição, resistência e reconstrução de valores tende a servir de base e sustentáculo para se explicar o fenômeno da desterritorialização, que em si mesmo também é uma reterritorialização.

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (SANTOS, p. 77, 1993).

A perspectiva indica implicitamente que cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território, o qual regula convivências. Segundo o autor, a desterritorialização une a dimensão simbólica com a geográfica, compreendendo o vivido junto ao percebido. Observa-se que existe o destaque para o fato de que espaço e território são duas coisas distintas. O autor (1996) nomeia território como configuração territorial e define-o como o todo. Quanto ao espaço, é conceituado como a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade.

Rogério Haesbaert, por sua vez, analisa o território com diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: 1) jurídico-política, segundo a qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; 2) cultural(ista), que prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, sendo o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; 3) e econômica, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT apud SPOSITO, 2004).

Para Raffestin, poder e território, apesar de se tratar de temas autônomos, são observados mediante a interseção de ambos, tendo em vista a consolidação dos conceitos. Ele entende que a construção (e a destruição: desterritorialização) do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Nessa categoria, as relações sociais são marcadas pela disputa de opiniões.

O entendimento sobre o conceito de desterritorialidade a ser utilizado na pesquisa — levando em consideração que o desenho do estudo faz referência aos impactos sociais da

desterritorialização a populações do entorno de Balbina — advém do que tanto Santos quanto Guattari e Raffestin apontam: que sair compulsoriamente ou ser retirado à força de um território, quando este mantém ligação cultural, material e afetiva entre a pessoa que o ocupa, gera, sim, impactos de todas as ordens, o que cabe ser mensurado por meio de diferentes metodologias.

Estudos Comunicacionais

No último quarto do século 20, com a redução nos preços de aparelhos de rádio, TV, celulares e microcomputadores, a compra desses itens se tornou um fato consolidado. Com a facilidade de acesso a programas veiculados por meios de comunicação de massa, costumes exógenos àqueles aprendidos tradicionalmente por populações das mais diversas passaram a ser incorporados de modo mais veloz ao comportamento.

De tal modo, a necessidade de se estudar fenômenos inerentes à recepção de informações transmitidas de maneira midiática cresceu concomitante à ampliação do acesso a novos aparelhos utilizados para a captação dessa produção comunicacional em grande escala.

Diante dessa conjuntura, apostas em marcos teóricos que sugeriam avaliações da conjuntura entre análises comunicacionais e respostas de comportamentos em nível de senso comum emergiram com maior força e se consolidaram.

De acordo com Littlejohn (1992), os estudos de comunicação são um objeto interdisciplinar. O autor entende que diversas áreas do conhecimento podem dialogar com a comunicação social, revelando interfaces específicas e bastante interessantes. Para ele, a garantia da visão interdisciplinar seria a manutenção do saber na área dos estudos comunicacionais como um objeto aberto a vários conhecimentos das áreas das ciências humanas.

Os estudos comunicacionais (e informacionais) consistem em um campo de conhecimento em construção. A base de todo o trabalho desenvolvido pelos teóricos dos estudos comunicacionais é o estudo de fenômenos da comunicação humana, associados à produção, estocagem e difusão da informação.

Assim, para entender os estudos comunicacionais no âmbito das ciências de nosso tempo temos que, em primeiro lugar, quebrar o muro que as separam e ver, como diz Boaventura dos Santos (Ver LOPES, 2005) que toda ciência é uma ciência social, portanto, todo o saber vem e provém dos homens.

Atingidos por Barragem

Durante a década de 1990 graves impactos sociais foram estudados e reconhecidos nas grandes usinas hidrelétricas. “Ainda que a hidrelétrica não seja, a rigor, uma modalidade direta de privatização da água, há uma associação entre esse tipo de usina e a privatização do rio, como demonstram o movimento social mundial de atingidos por barragens e a pressão de grandes corporações do setor de água interessados em grandes obras” (CASTRO, 2003, p. 38). Nesse período, foram contabilizados dez acidentes com populações que vivem às margens de usinas hidrelétricas, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os casos foram mantidos sob o sigilo pelas empresas estatais que organizam e coordenam as barragens. A ecóloga Andrea Waichman, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) citou a hidrelétrica de Balbina (AM), construída nos anos 80, como exemplo de um dos empreendimentos de maior impacto em uma grande área de inundação (2.300 km²).

O que se pode entender a partir desses dados é que a comercialização das águas Amazônicas demonstra como a problemática de conflitos locais versus interesses globais tem norteado o modo de vida das populações ribeirinhas, as maiores atingidas com a instalação de

hidrelétricas mal planejadas pelo poder público e sem nenhuma preocupação com os impactos ambientais que podem causar. De tal maneira que os afetados pelas construções de barragens começaram a se identificar como classe social prejudicada diretamente por essas alterações territoriais e cunharam para si a autodenominação de Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

O antropólogo Alfredo Wagner de Almeida (2007) criou uma definição para as comunidades tradicionais. “Grupos sociais que se constituem sob o rótulo de povos tradicionais na luta para conquistar territórios e que incorporaram novas identidades em uma situação de mobilização, acionadas em contexto de conflito” (p. 18). Os objetivos dessas identidades mobilizatórias, segundo o pesquisador, são, portanto, políticos e territoriais, como no caso do MAB.

No artigo “Efeitos da desterritorialização ocasionada pela construção de grandes projetos estruturantes na Amazônia: o caso da matriz energética” (RODRIGUES, OLIVEIRA e AMOEDO, 2009), que fala sobre os impactos das Grandes Centrais Hidrelétricas (GCHs) nos locais e nos arredores onde são instaladas, é mostrado um pouco da situação desses atingidos e como convivem o problema em seu cotidiano. No âmbito desse estudo, foi pesquisada a significação de ser um atingido por barragem, conceituações formadas a partir do conhecimento via pesquisa de campo.

Narrativas

O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal (RICOEUR, 1983/1994, p.15). Essa relação de tempo que se refere Ricoeur mostra a importância humana de poder narrar, principalmente se for um acontecimento vivenciado continuamente.

A narrativa, ao organizar, ordenar, imprimir uma orgânica própria ao acontecimento, institui-se como uma modalidade comunicacional de conferição de sentido ao real em geral. Uma refiguração da realidade, que implica, procedimentos linguístico-narrativos e um distanciamento relativamente ao referente que supostamente ela representa (AUGUSTA, 1996). A narrativa exprime ao descrever uma situação a realidade percebida, criando através de elementos linguísticos elos que juntam a realidade existente com o melhoramento pelo narrador do que é factual no descrever de um caso.

Todo ato de narrar é uma tentativa de reportar o fato tal como acontece, no entanto reside aí um ponto crítico, pois como ressalta Bardin (1977), a narração tem início e fim, o que estabelece os limites entre a narrativa e o mundo, e marca sua oposição em relação ao mundo “real” (DALMONTE, 2009). Todos têm uma forma única de contar um acontecimento, detalhes, experiências vividas que no decorrer de um relato são contadas e veemente defendidas, são esses tipos de narrações que descrevem as histórias de mundo e colaboram para registros futuros.

O ato de narrar não se traduz em descrever a realidade tal como é, pois contar uma experiência nem sempre quer dizer que a versão apresentada é totalmente verdadeira, mas não se pode negar a riqueza existente nessa modalidade comunicacional que prende a atenção do leitor com a dúvida do que é real e do que ganha um viés ficcional no texto, colaborando dentre outras coisas para a formação de opinião no assunto retratado.

2.2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

2.2. 1. Local



Figura 2.2.1. Mapa geográfico da localização de Balbina: Fonte Google Imagens

A Usina Hidrelétrica de Balbina está construída no Rio Uatumã, ao norte de Manaus, Estado do Amazonas. No local, mora o povoado de Balbina, na Vila de Balbina e do Ramal da Morena, dentro do município de Presidente Figueiredo. As regiões distam 202 quilômetros da capital amazonense. É nesse espaço que será realizada a investigação e posteriormente a narração da situação crítica ali existente. Segundos levantamentos do IBGE (2006), em Balbina vivem cerca de 800 famílias e no Ramal da Morena há aproximadamente 1.000.

A população habita o entorno do lago que se formou após a barragem ser construída. O aquífero ocupa uma área de floresta de 2.600 quilômetros quadrados. Ao ser inundada, a região viu surgir uma hidrelétrica enorme, desproporcional à sua modesta capacidade energética, cuja geração média é de 112,2 MW para uma capacidade instalada de 250 MW (FEARNSIDE, 2004).

Desde o fim da década de 1980, essas populações convivem com restrições quanto ao uso da água do rio para consumo, devido ela ter ficado parcialmente poluída e ácida após a inundação com a implantação da hidrelétrica. Hoje, a região possui um lago com cerca de 3.300 ilhas, formadas principalmente devido ao relevo altamente plano e entalhamentos pouco

pronunciados. Apesar da agricultura ainda ser a principal fonte de renda do povoado, muitas mudanças nos meios de produção ocorreram nas últimas três décadas. Novas estratégias de ação tiveram de ser tomadas por conta da barragem. Mudanças estas acompanhadas de consequências ao *modus vivendi* e ao *ethos* da região. Nesse sentido, os impactos sociais da hidrelétrica serão estudados.

2.2.2. Amostra

Foram entrevistados os comunitários que viveram intensamente os problemas ocasionados por Balbina na época de sua construção e permanecem morando na área de influência da usina. O método de escolha dos participantes foi o *snowball sampling method* (método bola de neve) onde o entrevistado indica outra pessoa capacitada para falar do mesmo assunto.

Foi utilizada a técnica de entrevista em profundidade, com inclinação para história oral. Na entrevista em profundidade, houve os seguintes passos: (1) o entrevistador se apresentou e explicou à pessoa o objetivo da pesquisa; (2) ocorreu uma breve conversação sobre assuntos próprios da região e a hidrelétrica de Balbina; (3) o entrevistador verificou se o participante podia ser enquadrado na amostra delineada no estudo e, em caso positivo, perguntou se ele aceitava ser entrevistado. Ao aceite, a entrevista era gravada; (4) por fim, o entrevistador pedia para o participante apontar uma pessoa que ele conhecia e que podia integrar a amostra em seguida.

Houve descrição de co-ocorrências de respostas objetivas acerca dos impactos de Balbina, GCH (Grande Central Hidrelétrica) no âmbito social. O objetivo foi mostrar as implicações da barragem na vida da população após duas décadas de implantação. Foi utilizada técnica de análise de conteúdo para a categorização das respostas (BARDIN, 1977, p. 72-73) subjetivo-descritivas e tabulação dos dados.

2.2.3. Procedimentos de coleta

A pesquisa etnográfica foi realizada no período de cinco meses. De dezembro de 2010 a abril de 2011, foram realizadas três visitas no entorno das comunidades, com vistas a apreender a cultura e os significados do meio ambiente que circulam nas comunidades para tal serão utilizados os seguintes instrumentos:

a) Diário de campo (observação participante) com vistas à descrição de práticas do cotidiano da comunidade na relação com o meio ambiente (atividades desenvolvidas, gestos, movimentos, falas, saberes sobre o meio ambiente, implicações, afetos/desafetos, aproximações/ afastamentos em relação à temática, imagens, opiniões)

b) Entrevista em profundidade, com as seguintes questões indutoras:

- 1) Quando falo sobre a hidrelétrica de Balbina o que lhe vem a mente?
- 2) O que você entende sobre a barragem?
- 3) Para você o que é morar aqui?
- 4) Como você se sente ao ter de sair de sua casa em períodos de cheia dos rios?

2.2.4. Procedimentos de análise

Para o estabelecimento do plano de análise dos dados coletados neste estudo, foi tomada como referência a análise de conteúdo manual, no modelo de Bardin (2002). A análise de conteúdo não é um método, mas uma técnica de pesquisa, ou um conjunto delas, de acordo com concepção de Vala (1986). Como tal exige a explicitação cuidadosa de cada procedimento utilizado. Sendo assim, foi possível integrar procedimentos lógicos na análise, a qual pretendeu estabelecer uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados. Levou-se em consideração a influência mútua entre pensamento e linguagem (ECO, 1991).

Para poder se adaptar ao vasto campo de aplicação que é a comunicação, a análise de conteúdo figura como um conjunto de técnicas marcado por uma disparidade de formas, pois qualquer comunicação, entendida como transporte de significações de um emissor para um receptor deveria, de acordo com Bardin (2002), pode ser decifrada pelas técnicas de análise de conteúdo, com evidência da interpretação. A interpretação se ocupa da mais profunda compreensão de sentido, proporcionando a história das condições de atualização e realização de sentido.

Vala (1986) considera que não há modelos ideais para a análise de conteúdo e que as regras do processo inferencial estão subordinadas ao quadro teórico e aos objetivos da pesquisa. Todavia, sem pessimismo, ele indica que é por meio da análise de conteúdos que o simbolismo implícito e latente nas interações pode ser melhor elucidado (BERLO, 1991). Entretanto, é suposto notar que é por meio da análise de conteúdos que se pode ultrapassar a incerteza que o quantitativismo deixa entrever, quando é econômico em suas análises acerca das interpretações sobre o contexto social das populações.

Nesse ínterim, a expectativa foi identificar quais as principais dimensões sociais que influenciam em casos de deslocamento obrigatório dos moradores do entorno de barragens na Amazônia, como é o caso da Hidrelétrica de Balbina.

Os resultados poderão assessorar as políticas públicas para implementação de novas hidrelétricas no bioma, pois sabe-se que as hidrelétricas continuam sendo uma das mais econômicas tecnologias para gerar energia no país, e se tratando de Amazônia os recursos hídricos não são nada escassos, assim poderão atingir e desterritorializar mais amazônidas em outras partes deste imenso território.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atuou-se a partir do indicativo de que não é a vontade que constrói o sentido de desterritorialização e nem as circunstâncias; não é também o indivíduo em suas relações individuais, e nem a sociedade com suas determinações, mas sim a relação indivíduo-sociedade, produzida pela articulação do ser com o mundo e com outros seres, formando e transformando sua visão de mundo, ou seja, suas narrativas acerca da saída compulsiva do entorno da hidrelétrica (CATÃO, 2005).

(Re)construir o sentido de desterritorialização em meio ao senso comum é, trabalhar o seu significado na vida de quem vive essa realidade, quem constrói esse conceito pela vivência e não só por teorias práticas como a que emerge na pesquisa.

O sentido foi evidenciado nas representações emergentes das classes sobre a conjuntura do meio onde estão localizados, o que permitiu um conhecimento sobre como esses coletivos pensam suas vidas, suas experiências, suas escolhas e sua história até o presente momento.

A mudança social causada pela necessidade de reestruturação no habitar daqueles residentes na área de instalação da hidrelétrica, culminou no surgimento de uma posição dicotômica da relação das populações com o seu atual meio. Essa discrepância entre o antigo posicionamento e o qual lhe foi imposto mostra bem como foi assimilado a nova realidade que lhe é apresentada, e como emergirão nas narrativas analisadas.

A análise realizada aponta para um conjunto de classes relacionadas entre si, das quais emerge a construção do significado de desterritorialização e de outros pelos grupos, abrangidos neste estudo. Entre os moradores do entorno da barragem, foram apreendidas cinco categorias e quatro subcategorias por meio da entrevista.

As categorias narradas

a). Reconhecimento do problema (identificação da desterritorialização): categoria indica que os moradores do entorno da hidrelétrica tem conhecimento acerca do problema oriundo da instalação da usina, com prejuízo à fauna, flora e à população em geral. Concepção emergiu a partir de informações mentais arquivadas mediante ação dos meios de comunicação de massa ou pela tradição narrativa e conversas coletivas.

b). Bonificação pessoal (mitigação financeira ante desterritorialização): categoria ressalta o descontentamento dos atingidos pela barragem em relação à mitigação financeira, por parte da Amazonas Energia, no que tange aos impactos causados pela implantação da usina.

c). Organização social (reterritorialização): categoria que destaca a propensão dos atingidos a se organizarem enquanto classe social com um objetivo comum de lutar por seus direitos.

d). Desamparo e exclusão social (mitigação social ante desterritorialização): os atingidos pela barragem se sentem em completa falta de assistência e a exclusão social observada hoje se deve, sobretudo, à uma histórica falta de assistência por parte do governo.

e). Necessidade de adaptação (reterritorialização): a exclusão faz florescer a exigência de novas formas de adaptabilidade, apesar da falta de assistência e da desfiliação enquanto grupo. A partir dessa necessidade, propensão à mudança se molda forçosamente.

As subcategorias narradas

a). Realce dos impactos negativos da usina: emersões indicam, além do reconhecimento do problema, aspectos críticos da usina de Balbina, sobretudo com referência ao funcionamento da hidrelétrica e as consequências disso à população do entorno.

b). Mobilização e atitude (reterritorialização): subcategoria destaca ações práticas que os atingidos pela barragem fazem no intuito de forçarem a realização de melhorias no local.

c). Desorganização sociopolítica: categoria indica emersões referentes a críticas acerca da organização política no município de Presidente Figueiredo, a qual afeta de forma significativa o entorno de Balbina.

d). Perseguição individual ou coletiva: subcategoria indica que ao reivindicarem seus direitos os atingidos são ameaçados por membros do governo, o que gera assédio e agressões morais.

3.1. DESCRIÇÃO GERAL DAS NARRATIVAS RELACIONADAS À DESTERRITORIALIZAÇÃO EM COMUNIDADES DO ENTORNO DE BALBINA

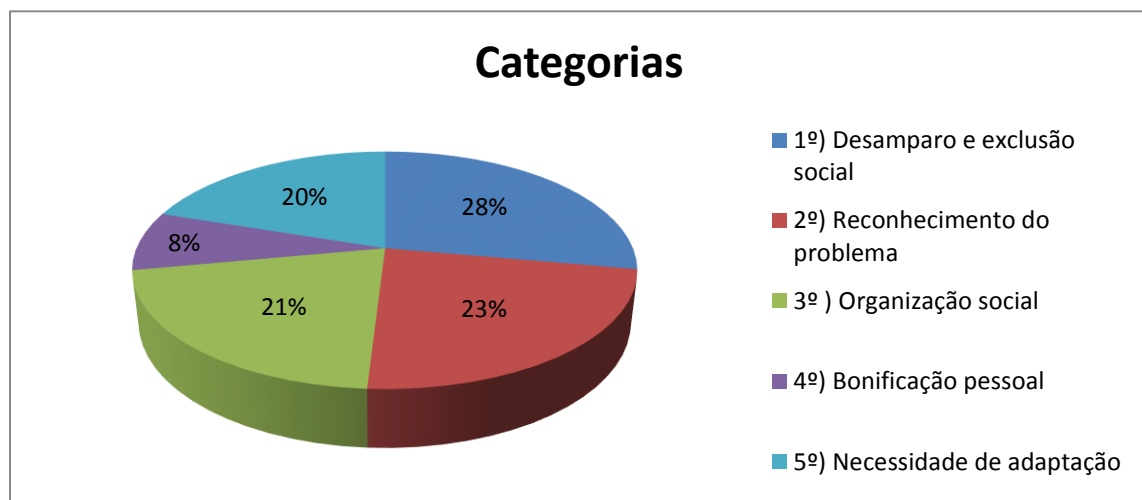


Figura 3.1. Porcentagem das categorias nas narrativas.

Do total avaliado das Unidades de Contexto Elementar (UCEs) observadas a partir do tratamento dos dados, 1008 UCEs tiveram significado importante no processo de concretização das categorias, segundo descrição geral a partir das entrevistas em profundidade.

As categorias foram divididas em 1) Reconhecimento do problema, com um total de 172 UCEs; 2) Bonificação pessoal, totalizando 60 UCEs; 3) Organização social, com um total de 157 UCEs; 4) Desamparo e exclusão social, totalizando 207 UCEs; e 5) Necessidade de adaptação, totalizando 148 UCEs.

Algumas unidades que surgiram não se encaixaram em nenhuma categoria ou estavam fora do contexto do tema abordado, por isso não foram consideradas como unidades significativas, por não se relacionarem com nenhum conteúdo das falas identificado.

As subcategorias foram divididas em: 1) Realce dos impactos negativos da usina, com um total de 77 UCEs; 2) Mobilização e atitude, com 56 UCEs; 3) Desorganização sociopolítica, totalizando 41 UCEs; 4) Perseguição individual ou coletiva, com 90 UCEs.

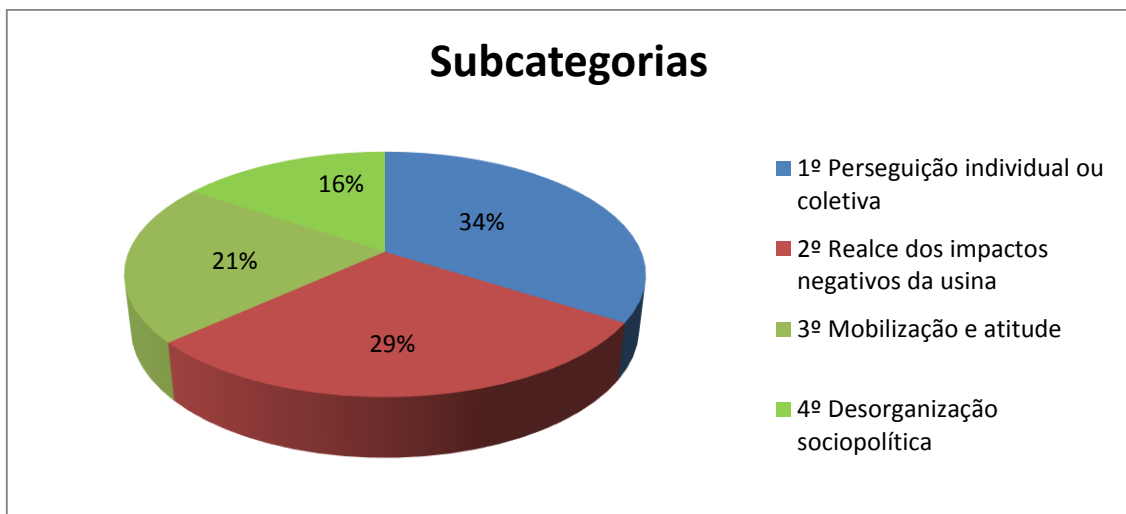


Figura 3.1.1. Porcentagem das subcategorias analisadas

Categorias e Subcategorias: explicando significados

Apresenta-se a seguir a construção do significado das categorias e subcategorias que emergiram das falas dos participantes.

Categoria 1. Reconhecimento do problema: há discernimento dos moradores do entorno da hidrelétrica em relação aos danos de sua chegada ao local. Suas falas transmitem a propagação das informações negativas por eles aceitas como verdade, pelo motivo de terem sido vividas por outro morador na mesma situação.

Subcategoria 1.1. Realce dos impactos negativos da usina: subcategoria denota a noção dos danos pelos moradores do entorno da usina e suas especificações sobre que áreas são mais afetadas.

Categoria 2. Bonificação pessoal: a categoria mostra a insatisfação dos atingidos com a Amazonas Energia em relação à falta de indenizações e quando há, ao pouco valor oferecido pelos danos causados pela barragem.

Categoria 3. Organização social: categoria que sugere disposição dos moradores a organizarem coletivamente em prol da luta pelo direito de todos.

Subcategoria 3.1. Mobilização e atitude: subcategoria aponta ações realizadas na busca do bem estar pós-hidrelétrica.

Subcategoria 3.2. Desorganização sociopolítica: descontentamento em relação a situação crítica no que diz respeito a política no município.

Categoria 4. Desamparo e exclusão social: salientou-se, por meio das falas, a insatisfação dos atingidos pela barragem com a falta de auxílio por parte do governo estadual, ocasionando a exclusão interacional dessas populações.

Subcategoria 4.1. Perseguição individual ou coletiva: relatos de transtornos e agressões morais aos indivíduos quando estes reivindicam algum direito.

Categoria 5. Necessidade de adaptação: a atual situação propõe mudança necessária de localização na busca de readaptação, a única alternativa no atual meio vivente.

A descrição seguinte é referente às emersões das Unidades de Contexto Elementar (UCEs) significativas das falas dos moradores do entorno da barragem.

3.2. ESPECIFICAÇÕES DAS CATEGORIAS E SUAS DIMENSÕES

Categoria 1. Reconhecimento do problema

A categoria indica que os moradores do entorno da hidrelétrica tem conhecimento acerca do problema oriundo da instalação da usina, com prejuízo à fauna, flora e à população em geral. A concepção emergiu a partir de informações mentais arquivadas mediante ação dos meios de comunicação de massa ou pela tradição narrativa e conversas coletivas. Essa visão foi identificada em grande parte das entrevistas.

Observando que muitas emersões assim sugerem, essa categoria foi formada, a qual congrega principalmente falas como:

Exatamente dez anos sem ter nada, aquele rio morto, depois de abrirem as comportas, aí depois é que veio... inundou, isso não tava previsto, o que a gente tomou conhecimento é que não tava previsto, é um erro deles lá... eu não sei qual é porque eu não sou técnica no assunto, como diz a Suzane não é minha praia é a deles, nós somos vítimas desse erro deles e quando alagou nós perdemos casa, perdemos poço, eu tô falando nós todos e a nossa família também, que lá o terreno é da família. (Mulher, liderança do movimento dos atingidos por barragem).

Sobre as informações expressas na falas, os moradores denotam em muitas de suas concepções o entendimento do que, para os comunitários, vêm a ser uma das consequências da chegada da hidrelétrica: o aumento na criminalidade no local, pois com a abertura das

comportas a inundação formou pequenas ilhas que se transformaram em esconderijos para todo tipo de bandido.

Ninguém fiscaliza nada e aí o quê que acontece... ali é um reduto de traficante, bandido, matador, estuprador, tudo isso existe lá dentro então morar num lugar desse o quê que Balbina trouxe? O quê que a hidrelétrica de Balbina trouxe? Qual foi o benefício que trouxe pro povo? Pra mim não existe benefício nenhum... de jeito nenhum. (Homem, morador tradicional das proximidades de Balbina)

Subcategoria 1.1. Realce dos impactos negativos da usina

As emersões indicam, além do reconhecimento do problema, aspectos críticos da usina de Balbina, sobretudo com referência ao funcionamento da hidrelétrica e as consequências disso à população do entorno.

Cabe destacar tal subcategoria, a qual remete às seguintes emersões.

Vai perguntar qual é a produção (energética da usina)? e aí eles vão dizer 250 MW, é a grande mentira, nunca se produziu isso, confunde a cabeça dos turistas de todo mundo. Confunde energia instalada com energia produzida, existem cinco máquinas, cada uma de 50 MW, pá 250, isso é um absurdo de instalar onde a produção é em torno de sessenta mega, a máxima... a máxima que se chega. (Homem, morador tradicional das proximidades de Balbina)

Nas falas, aspecto que merece destaque no conteúdo das entrevistas é uma outra explicação para a implantação da usina naquele lugar, supostamente se deve a grande quantidade de minério existente e que se tornou muito mais acessível depois da chegada da hidrelétrica.

...O que poderia haver aí seria que subterraneamente teria contaminada por causa da mineração que se joga resíduos dentro do lago e que foram pressionando e afundado as outras e, foi usado mercúrio pra garimpagem porque a Pitinga não é só casterita, oficialmente é só casterita mas todo mundo sabe que casterita é o minério mais barato, tem o ouro e outros minérios como pode através de veias subterrâneas que as águas tem sejam contaminadas por aí ou então tenha sido por lixo que esteja ali mesmo em Balbina. (Homem, morador tradicional das proximidades de Balbina)

Categoria 2. Bonificação pessoal

A categoria ressalta o descontentamento dos atingidos pela barragem em relação à mitigação financeira, por parte da Amazonas Energia, no que tange aos impactos causados pela implantação da usina.

As emersões que sustentam essa proposta são:

A Amazonas Energia quando começou a criar problemas eles foram lá pra criar os poços e algumas casas eles até colocaram a caixinha d'água, pequena mais colocaram e aí só isso, depois encheu e eles nem fizeram mais poços artesianos, eles fizeram os cacimbós e aí depois a gente pôe aquela bomba sabe, mas eles mesmo preocupados se você ia comer, se ia morrer, isso não, eles passavam pra vistoriar porque eles sabiam dos estragos e não era previsto essa inundação, não foi previsto... pra eles isso tudo ia abrir sem inundação pra causar dano. (Homem, ex-trabalhador da obra da usina de Balbina)

A bonificação pessoal, nesse contexto, visibiliza posições individualistas e grupal, onde é afirmado a descontentamento com a ação do grupo em nome do interesse de todos, tal situação é demonstrada como também a dita indenização oferecida, pouca levando em conta o valor estimado por eles.

Esse aí uma vez falou numa reunião lá... o Jorge Cláudio, que nós tínhamos recebido indenização e o pessoal ei calma lá, o pessoal nessa hora quando fala em dinheiro o povo reage logo, se for de outro jeito o nosso povo aqui não gosta de lutar, quer tudo na... se beneficiar sem lutar mas quando fala de dinheiro eles reagem, aí eles reagem no sentido e... pá, calma lá a gente nunca recebemos dinheiro nenhum aqui, só um recebeu, o seu Mão branca e tipo ele tinha direito a dez milhões e recebeu setenta reais sabe como se fosse essa exorbitância de diferença. (Mulher, liderança do movimento dos atingidos por barragem)

É oportuno observar que existe um delineamento nada conciliatório entre o saber da Amazonas Energia e o popular, no que tange a indenização das famílias. A informação defendida em ambas as partes, de igual maneira, dão-se conta que o ressarcimento pode ter

havido à algumas pessoas mas não foi justa ou como se pôde observar na emersão das falas, o subsídio não chegou a todos.

...Já tinha as famílias aqui eles dizem que tinham indenizado as pessoas, mais as pessoas antigas se queixam que não houve indenização, até então eu nunca vi eles se apresentarem com documento nenhum, tanto as famílias antigas quanto a empresa, porque essa é a desculpa da empresa, quando tem algum movimento, uma audiência, sempre a gente tá nessas coisas por aí, eles alegam “não essa parte a gente indenizou”. (Homem, liderança dos atingidos por barragem)

Categoria 3. Organização social

A categoria que destaca a propensão dos atingidos a se organizarem enquanto classe social com um objetivo comum de lutar por seus direitos.

Vejamos como foi destacada.

Sempre ele teve uma outra data que ele veio aí em Presidente Figueiredo, ele não veio pessoalmente, ele mandou o vice-governador Omar Aziz, tavam entregando motores, kits de ferramenta, equipamentos rurais, então sempre que tem esses movimentos, a gente ta em grupos, reivindicando esse direito de a gente ter o Ramal bom pra gente, o principal meio de transporte aqui, uma vez que tivesse asfaltado ia ajudar bastante as populações daqui, então todo mundo no momento a prioridade é isso, o acesso, então a gente tava com as cartolinas, e ele disse que não tinha esquecido do Ramal da Morena. (Homem, liderança dos atingidos por barragem)

Segundo suas descrições, eles vivem em uma área com poucas rotas de acesso, o que dificulta fatores como educação, saúde e emprego, e isso teoricamente lhes dá o direito de criticar o governo quando este se faz presente em áreas próximas.

Aí a gente faz assim... fizemos a reunião e essa reunião foi a que eu considero que assim a única que a gente teve algum ganho porque foi, eles ficaram meio receosos e alugaram duas lanchas lá no rio negro e queriam colocar gente sem nenhuma experiência e aí nós brigamos, não a gente tem que andar com os nossos, além de tá dando emprego, dando renda, porque eles nem pegaram os nossos do Ramal, pegaram os lá da Vila que praticamente só vivem do defeso, alguns são funcionários da Amazonas Energia ou da prefeitura e aí eles deram. (Mulher, liderança do movimento dos atingidos por barragem)

Subcategoria 3.1. Mobilização e atitude

A subcategoria destaca ações práticas que os atingidos pela barragem fazem no intuito de forçarem a realização de melhorias no local.

A subcategoria é destacada nas seguintes emersões:

...E aqui agora por esses dias eu tava tendo uma conversa com um grupo de amigos, pra gente fazer uma mobilização, tipo quebrar uma ponte, colocar umas faixas entendeu, porque ta em ano eleitoral e eles não vão querer nenhuma confusão, eles querem ta de bem com o eleitor porque eles precisam do voto, mas aqui se agente não tiver organizado, um grupo organizado a gente vai preso, porque a gente um grupo forte, trinta, quarenta pessoas. (Homem, liderança dos atingidos por barragem)

O que se pôde perceber ainda foi que a dimensão sócio-afetiva desta subcategoria é justificada e emerge, principalmente, pela necessidade da permanência no lugar de origem. Assim, portanto, existe uma postura firme por parte desses moradores em relação a legalização da terra onde vivem, a qual é atribuem seu sustento.

Depois do Ramal o nosso problema maior na frente de todos e a legalização fundiária aqui que é a questão da terra, a gente vive numa área tipo assim de risco e a gente tem prioridades e direitos que nos assiste entendeu. A hidrelétrica pelo que eu vejo existe má vontade da parte dela, porque o INCRA a gente já teve uma conversa com o INCRA e o INCRA disse que depende dela, a hora que liberar a terra ele o primeiro a entrar aqui e fazer o cadastro. (Homem, liderança dos atingidos por barragem)

Subcategoria 3.2. Desorganização sociopolítica

A categoria indica emersões referentes a críticas acerca da organização política no município de Presidente Figueiredo, a qual afeta de forma significativa o entorno de Balbina.

Segue exemplos da subcategoria.

...Não conheço isso, mas o desvio de recursos certamente ocorre por conta dessas obras mal acabadas e esses adicionais são, ocorrem em quase todas as obras dessas empresas que a gente conhece que são de empreiteiros ligados a prefeitura, empresas mais conhecidas Delta e outras empresas mais que ganham a maioria das concorrências aqui. (Homem, liderança política em Presidente Figueiredo)

Evidenciaram-se, nas falas apreendidas, que os moradores do município tem noção de como funciona a política e seus representantes. A subcategoria buscou agrupar as emersões que foram nesse sentido, levando em consideração as informações por eles apresentadas.

O Fernandão como eu já tinha falado antes ele também não tinha uma relação restrita com a cidade até se tornar prefeito, né, hoje se fala “não, o Fernandão todo final de semana ta aqui em Figueiredo”, como se fosse legal o cara ta presente, mas se fala com orgulho, tipo o cara ta presente aí na cidade, o outro candidato que ficou em segundo lugar ele nunca morou em Presidente Figueiredo então, o terceiro colocado é um deputado estadual que também não mora em Figueiredo, mora em Manaus ou seja a gente nunca criou uma tradição política, nunca teve lideranças surgidas de dentro do município. (Homem, liderança política em Presidente Figueiredo)

Categoria 4. Desamparo e exclusão social

Os atingidos pela barragem se sentem em completa falta de assistência e a exclusão social observada hoje se deve, sobretudo, à uma histórica falta de assistência por parte do governo.

Nesse contexto, são percebidas as seguintes emersões:

O povo vai trazer de Tucuruí ou continua com gerador, o povo vai trazer de lá porque daqui a dez anos não sabe se vai aprontar... ou vai trazer de Tucuruí ou vai continuar com geradores que é um absurdo e, tu já sabe o tanto de corrupção que já gerou aqui, talvez até com o gás melhora um pouco, olhe só... nós temos 25% só e ficam mentindo é o governador, é esses deputados que vai botar luz aqui... aonde é que vai, até o próprio Lula ta mentindo quando diz que vai botar luz para todo mundo e ele sabe que o Amazonas não tem luz. (Mulher, liderança do movimento dos atingidos por barragem)

E especificamente nessa categoria que os moradores do entorno da usina emergem falas sugerindo quão desamparados se sentem pelo poder público. Evidencia-se, assim, um conteúdo que fortalece a imagem de abandono assistencial por quem, tinha o maior dever de ajudá-los.

A energia, essa energia aqui eu to esperando já vim ligar pra mim essa luz, eu to dependendo até da luz pra todos, eu fui lá pra fazer a ligação de luz, o município tem uma situação tão cômoda pra gente morar aqui, aqui faz parte da área urbana e eu fui pedir minha ligação de luz e eles diz: “não mas lá ainda é área rural tem que esperar a luz pra todos passar”, mas como eu tenho um bom relacionamento com meu vizinho aí ele disse: “oh você não vai ficar sem luz não, até tu ligar eu vou mandar ligar pra ti um bico de luz”. (Homem, morador tradicional das proximidades de Balbina)

Subcategoria 4.1. Perseguição individual ou coletiva

A subcategoria indica que ao reivindicarem seus direitos os atingidos são ameaçados por membros do governo, o que gera assédio e agressões morais.

A subcategoria é destacada nas seguintes emersões.

Quando a gente sempre na maioria das vezes sabe dum direito, chega até lá pra reivindicar eles acham que a gente sabe demais ou que a gente ta mexendo numa coisa que não cabe a eles, rapidinho eles formam um grupo ali e eles dizem assim queima esse cara ou então queima essa pessoa aí, pô o cara vem pra cá perturbar, é sempre assim uma articulação que o cara te faz pra ti botar e muita das vezes a gente ta no direito mas a gente bate de frente porque a maioria decide, pô, a maioria sempre vai prevalecer em coletivo. (Mulher, liderança do movimento dos atingidos por barragem)

Avaliando a citação, observa-se que se trata de uma informação oriunda a partir de afetos negativos gerados por vivências pessoais, mas que, no futuro, poderá contribuir para a causa como prova da perseguição feita por integrantes do poder público e funcionários da hidrelétrica, a quem lutou por melhores condições pós danos de Balbina.

Antes era o Roland... graças a Deus foi embora, nós fizemos um movimento na surdina tal... tal... sei que foi embora, agora veio esse Milton, ele é assim... ele começou mas é desses cabocão que não compreende, não sabe conviver com as situações então ele vem querer agredir a gente... ele agrediu o secretário de estado, agrediu a mim no meio de todos o atingidos. (Mulher, liderança do movimento dos atingidos por barragem).

Categoria 5. Necessidade de adaptação

A exclusão faz florescer a exigência de novas formas de adaptabilidade, apesar da falta de assistência e da desfiliação enquanto grupo. A partir dessa necessidade, propensão à mudança se molda forçosamente.

Observando emersões que assim sugerem, essa categoria foi formada, a qual congrega principalmente falas como:

...Porque eu moro no quilômetro 187, tô indo pra lá hoje... eu sou o único que tenho 180 hectares de mata virgem... preservada, eu criei meus filhos lá, moro lá a vinte e oito anos então eu consegui viver e sobreviver de lá porque eu fazia horta essas coisinhas todas e eu vivia de horta então fica difícil. (Homem, morador tradicional das proximidades de Balbina)

Avaliando o destaque acima, temos que o sentimento de exclusão social, antes alimentado pela desterritorialização, dá lugar também à angústia, não declarada, porém identificada nas emersões dos depoimentos, que a mudança forçosa fortalece a consternação pela ruptura com o lugar de origem.

...Muitas vezes a pessoa que vem da cidade, ela não lhe dá muito com o trabalho rural, então é uma coisa que ela vai se adaptando, no início é muito doloroso, difícil essa coisas de adaptação e por isso que eu tava te falando de um incentivo, um projeto de uma geração de renda, essas famílias acabam voltando ou então sofrendo tipo assim praticamente vivendo num nível muito baixo entendeu. (Homem, liderança dos atingidos por barragem)

Uma ruptura de vida é o que dá base para que as informações sejam referenciadas. A violência, nesse caso, é o que anima os respondentes a conceber o meio ambiente,

denominado como um lugar. Eles remontam a situações negativas e marcantes, mas que não contribuem coletivamente para fomentar um sentimento de proteção ao meio ambiente.

É porque eu tô indo pra lá e eu quero ver se monto meu escritório lá no 187, lá... aqui eu já acho que pra mim não dá então eu quero montar um escritório lá na beira da mata mesmo com luz, eu tenho luz lá dentro... eu tenho tudo, comprar uma antena parabólica, comprar uma antena de celular porque eu tenho que tá conectado com o mundo todo, comprar meu computador e tal esse negócio, eu quero ter acesso a internet tudo direitinho, aí o que acontece... lá eu vou ter muita... eu viajar muito na vida, na realidade. (Homem, morador tradicional das proximidades de Balbina)

A ação por estes feita não está dissociada dos interesses do grupo pertencente. Atividades que possam gerar capital, propiciando melhorias educacionais, trabalhistas e de cunho financeiro são elas, por assim dizer, que podem ser entendidas como ações espaço-temporais de planejamento de vida, propiciando melhorias como um todo, no que tange a planejamentos futuros, individual ou familiar.

CONCLUSÃO

Considerando as ideias acima, conclui-se que os moradores do entorno da hidrelétrica possuem várias noções sobre o sentido de desterritorialização e que estas, na maioria das vezes, remetem a um significado negativo em relação à presença de Balbina naquele meio. Foi possível identificar esses e outros conhecimentos a partir das tendências discursivas presentes nas narrativas analisadas.

Essas tendências com particularidades de opiniões emergiram principalmente pela repetição de falas ou pela defesa dessas. Também foram identificadas outras falas que, pela similaridade, puderam ser enquadradas no padrão da contagem das sentenças. A ação de separar unidades significativas de unidades incompletas foi vital na sustentação da ideia central da pesquisa, que foi explorar e descrever discursos que ressaltavam impactos causados pela hidrelétrica.

Outro fator categórico para se chegar aos resultados foi o emprego do referencial de acordo com a conjuntura onde se desenvolveu a pesquisa de campo, pois saber discernir os significados de meio ambiente, desterritorialização etc., entre os comunitários que vivem à margem da hidrelétrica mostrou como pode ser diferente o entendimento que cada um possui de acordo com o contexto que está inserido, concepções estas, modificadas com a chegada da usina.

Nessas oito entrevistas em profundidade com pessoas da Vila de Balbina e do Ramal da Morena, localidades próximas à hidrelétrica, foi possível perceber a lucidez delas sobre a mudança a que foram submetidas com a chegada de hidrelétrica de Balbina. No decorrer das narrativas, esses moradores apontaram vários pontos negativos do que significa ser vizinho de uma usina de geração de energia a partir de um recurso natural, a água.

Os prejuízos foram descritos de maneira subjetiva, sobretudo, todavia eles não se resumiram somente às opiniões abstratas dos comunitários, mas também se estenderam à

realidade objetiva do cotidiano e à natureza como um todo. Foi visível, durante a visita a essas localidades, os danos que tiveram com desterritorialização causada pela usina, mas a perda mais lamentável foi não poder caçar, pescar e até plantar como antes se fazia. Tudo por causa da observância de lugares diretamente afetados pela abertura das comportas da hidrelétrica.

O sentimento negativo da perda de casas e plantios é aditivado pela perda da fauna antes abundante e dos recursos hídricos, doutra época ricos e limpos. O sustento das pessoas, segundo opinião das mesmas, é agora mais escasso e difícil de ser obtido. E mais uma vez cabe enfatizar: essas opiniões narradas pelos comunitários dessas localidades são apontadas como resultado da implantação da hidrelétrica naquele ambiente.

O público de residentes mais antigos nesses locais foi essencial para a fundamentação do propósito de identificar que a usina afetou, sim, a população e a natureza ao redor. Os impactos não foram poucos, mas sim minimizados pelos responsáveis por Balbina, que além de não terem se preocupado em pesquisar se o lugar era próprio para aquela construção não indenizaram até hoje de maneira justa quem realmente sentiu o problema por conta dos danos com a chegada da usina naquele lugar.

Não há um número certo de pessoas afetadas pela hidrelétrica, os moradores dizem uma quantidade, a contagem feita a partir da direção da usina aponta outra. Uma questão indagada pelos moradores atingidos é que não foi feita uma conferência abrangente e muitas pessoas ficaram de fora, sendo que outro ponto levantado também nas pesquisas foi a contrariedade na área delimitada como danificada por Balbina, e se não há um limite territorial certo referente ao impacto não haverá, concomitante, um número exato de atingidos também, o que promove mais brigas naquele ambiente.

Buscando seus direitos, os moradores adquiriram representação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), que é uma instituição de abrangência nacional. O MAB regional tem como líder uma moradora tradicional do entorno da usina; uma moradora

também atingida pela implantação da hidrelétrica e que no decorrer de sua narrativa, a mais detalhada no que tange aos impactos, contou as iniciativas que organiza por melhorias, as dificuldades que tanto ela como seus outros companheiros passam e ainda situações de perseguição sofridas por ser representante dos atingidos por barragem.

A riqueza das narrativas transcritas denota nitidamente os vários pontos de vista sobre a história de Balbina, o olhar perspicaz de quem viveu antes, durante e depois da hidrelétrica. É nas falas que as opiniões surgiram, os lamentos, as decepções e o inconformismo com os poucos que se contentaram com as pequenas ajudas que receberam e ainda prejudgam de forma hostil quem luta por seus direitos, pelo ressarcimento devido.

Por meio da categorização feita com o conteúdo das entrevistas se chegou aos resultados apresentados no trabalho, sendo notadas subdivisões de sentidos, a partir das quais foi possível identificar os moradores que se sentiram mais prejudicados e o porquê de chegarem a essa opinião. Nas 1008 UCEs encontradas e separadas para dar suporte à comprovação do trabalho, notaram-se bem as principais ideias levantadas pelos atingidos e como elas puderam sustentar o propósito do estudo.

A categoria com maior porcentagem de aparições foi justamente a que mostrou o descontentamento dos atingidos, manifesto pelo desamparo e exclusão social sentidos por parte dos moradores, os quais, passados mais de 20 anos da construção de Balbina, ainda não conseguiram melhorar suas condições de subsistência.

Categorias que vislumbraram saberes, como o conhecimento dos problemas sofridos e a organização social da população, foram muito presentes nas narrativas. Tornou-se evidente que essas pessoas sabem o que sofreram, mas em sua grande maioria a união necessária para uma mudança coletiva e fundamental não se sobrepõe à luta particular por direitos.

Outras falas, que ressaltaram a necessidade de adaptação e bonificação pessoal, apareceram no corpus do texto e foram fundamentadas principalmente a partir de sua relação com as dificuldades populares em se estabelecer após a implantação de Balbina. Segundo os atingidos pela barragem, mesmo aqueles que tiveram algum ganho oriundo dos impactos da construção da hidrelétrica, não se viram livres dos problemas de procurar outro lugar para se estabelecer e trabalhar, o que inviabilizou uma adaptação mais refinada à realidade do campo.

As subcategorias só particularizaram essas temáticas principais. Elas destacaram os desdobramentos, como os tipos de mobilização realizados para melhorar a situação desses atingidos. Exemplificações das perseguições individuais as quais sofreram os moradores, além da situação política, são fatores que causaram a eles estagnação em sua sustentabilidade individual e coletiva.

Ao descrever como passaram a viver após a chegada da usina, os habitantes lembraram como a situação ainda permanece a mesma. Há falta de auxílio tanto por parte dos responsáveis por Balbina como pelo Estado, e também outras autoridades que tomaram conhecimento da situação e não fizeram nada. Quando essas pessoas esboçam fazer algo para melhorar, acabam sendo repreendidas de forma verbal e até física.

Os entrevistados contaram que fatores como a política e a ambição de membros ligados à implantação da usina foram fundamentais para a consolidação de problemas nessas comunidades do entorno de Balbina. Segundo relatos, a hidrelétrica foi instalada motivada pelo desejo de exploração do minério existente naquele solo, facilitado devido mudanças feitas pela construção.

O favorecimento do projeto por órgãos responsáveis — incluindo a venda inescrupulosa de terrenos — contribuiu para que grande maioria das terras de influência da usina parasse nas mãos de pessoas originárias de outros lugares ou de grupos empresariais,

isso devido a facilitação na liberação de documentos de compra e transferência daquelas áreas.

Há vários relatos de situações que mostraram as condições em que pessoas foram obrigadas a viver e aceitar esse cotidiano hostil sem reivindicar. Falas denotaram ainda que, mesmo quando se organizam de alguma forma, os comunitários encontram outra barreira, o consenso no grupo. Há sempre um interesse individual, geralmente impulsionado por dinheiro de indenização, que desune a classe dos atingidos.

Pode-se notar que a hipótese H_1 , de aceitação, de que as tendências discursivas dos atingidos são negativas em relação à usina e que, sobretudo, os moradores mais antigos, característica dos oitos entrevistados, possuem tendências adversas à chegada da hidrelétrica, foi observada com regularidade. Identificada no decorrer das 45 páginas de transcrições das entrevistas gravadas (com letra Times New Roman, 12, espaço simples), a perspectiva foi crível a partir do momento em que se confrontaram falas diversas e repetições de significados, com frequência e co-ocorrência notadamente justificada.

Em pesquisas do engenheiro florestal e ecólogo, Rogério Gribel, sobre Balbina e seus impactos, fatores como o alto custo da obra, estimados pela Amazonas Energia em US\$ 750 milhões, justificam ainda mais a indignação de especialistas, ambientalistas e moradores da área, sobre o grande investimento do poder público, sem retorno desejado, que objetivou suprir necessidades energéticas de Manaus, mas que hoje só recebe um retorno de apenas 80 megawatts.

Ainda com a existência de todos esses dados negativos sobre essa usina, foram veiculadas propagandas publicitárias com frases como “Quem está contra Balbina está contra você”. Tais atos em prol de mudança na opinião pública e principalmente na de quem foi afetado diretamente pela chegada dessa hidrelétrica. Essa publicidade enganosa foi difundida

diversas vezes nas mídias, mas não houve retorno desejado a seus mentores, pois cada vez mais emergiam os danos dessa obra.

Por não atender aos motivos de sua construção, Balbina foi assumida oficialmente como um erro. Fontes não oficiais especulam que seus custos, ao contrário do que defendeu sempre a Amazonas Energia, variaram para além de US\$ 1 bilhão, mas, como diz o ecólogo, não foi só o custo da obra que causou surpresa: a potência máxima de 250 megawatts (cinco turbinas de 50 megawatts cada), custando US\$ 3 mil cada kilowatt instalado, valor este cerca de duas vezes o máximo admitido pelo setor elétrico brasileiro, demonstra a diferença contraproducente dessa hidrelétrica para as demais obras do mesmo porte no Brasil. A falta de planejamento em detalhes essenciais fizeram com que essa usina causasse inconformismo a todos que a conhecem.

Os moradores do entorno da usina lamentam muito até hoje o fato de pesquisas não terem sido seguidas de forma mais contundente. Eles, entristecidos, lembram em suas entrevistas a vida farta que antes tinham, a exuberância que os cercava e que hoje se faz presente somente em pequenas porções da região, como nas ilhas criadas com a abertura das comportas.

Para o ecólogo a ineficácia da geração de energia por Balbina também é clara quando relacionada com a área alagada. Por exemplo, em Tucuruí é produzido 25 vezes mais energia por km² alagado do que Balbina. Comparada com Itaipu, a relação chega a 35. Em visita ao lago, é notável a parcial inutilidade do mesmo. As árvores quase que submersas originaram o enverdecimento (oriundo do apodrecimento da camada vegetal) das águas, o que a tornou inapropriada para o consumo. Segundo os moradores, só pouco tempo atrás foi possível observar novamente vida animal.

Ainda sobre o lago, outra questão levantada é relacionada às árvores inutilizadas com o alagamento de 236.000 hectares de floresta tropical. É possível questionar a madeira que

poderia ter sido aproveitada, mas que, pelo escasso tempo fornecido para a exploração na licitação feita na época, nenhuma empresa se dispôs a fazer o trabalho devido aos altos custos previstos. Outro dado alarmante foi o número de animais capturados na operação de resgate, sendo dez vezes menor do que em Tucuruí, por conta das dificuldades de locomoção na área de Balbina, isso significa dizer que centenas de milhares de animais foram mortos.

Outros que sofreram com a criação da usina foram muitos remanescentes da etnia Waimiri-Atroari. A população teve que ser transferida para outra área, pois a água estagnada do reservatório alagou duas de suas maiores aldeias. Calcula-se que dos 6.000 índios existentes no início do século só havia 374 em 1989. Atualmente, existem mais indígenas vivendo na região, cerca de 1 mil (BAINES, 2004, p. 244), após uma ação intensiva de manutenção da etnia.

Alguns membros dessas etnias moram na Vila de Balbina. Nesse local, metade das moradias é de classe média e metade é de classe baixa. Essa dualidade é caracterizada assim: no lado Waimiri as casas são maiores, todas de alvenaria, e as taxas do aluguel mensal giram em torno de R\$ 40; os que residem na área Atroari possuem moradias de madeira, feitas com orçamentos modestos, sendo que as taxas do aluguel desse lado são de R\$ 30. Atualmente, a empresa Amazonas Energia é responsável pela Vila e não permite o aluguel de casas. De acordo com os moradores, as taxas de água e luz passaram a ser cobradas no ano passado (em janeiro 2010).

A população da Vila também se divide pelo tipo de trabalho praticado. Os moradores de Atroari realizam, em geral, trabalhos braçais com rendimentos baixos; já os moradores de Waimiri atuam em cargos de trabalho no médio e alto escalão da hidrelétrica. Na vila, a infraestrutura é admirável, possui a presença de órgãos como o Ibama e o Detran, além de museus, postos com maternidades bem equipadas, e policiamento itinerante, mas nem todos têm acesso regular a essas localidades.

A hidrelétrica de Balbina pode ser descrita assim: através de prejuízos, de imposições a quem viveu à margem da usina, por ordem de seus responsáveis, a empresa Amazonas Energia cometeu um crime socioambiental, pois os que habitam a vila não estão ali como forma de indenização, mas sim por já terem tido alguma relação com a empresa. Essa foi uma alternativa criada para que mais problemas não fossem observados.

Em suma, concluiu-se, com a pesquisa, que a usina de Balbina não atendeu a requisitos de ordem social e ambiental. Em suas falas, os atingidos pela barragem resumiram, por diversos vieses, a trajetória ineficaz da obra.

Enfim, informações investigadas no estudo ora apresentado, sustentam como Balbina agrediu à fauna, flora e aos moradores locais. Procurou-se destacar isso por meio de dados bibliográficos e via pesquisa de campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Três décadas depois. Cadernos da SBPC, pp. 16-21, 2007.

AUGUSTA, Maria Babo. Ficcionalidade e processos comunicacionais. Ano 1996. <http://bocc.ubi.pt/pag/babo-augusta-literatura-ficcionalidade.html>, acessado em 24/11/10.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, São Paulo, 1977, Martins Fontes.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda, 2002. 229 p.

BERLO, David. (1991). *O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática*. São Paulo: Martins Fontes.

CASTRO, Paula. (2003). Pensar a natureza e o ambiente: alguns contributos a partir da Teoria das Representações Sociais. *Estud. psicol. (Natal)*, maio/ago, vol.8, no.2, p.263-271. ISSN 1413-294X.

CASTRO, Edna. *Águas da discórdia*. Cadernos da SBPC, pp. 32-38, 2007.

CATÃO, Maria de Fátima Fernandes Martins. (2001). *Projeto de Vida em Construção na exclusão Inserção Social*. João Pessoa: UFPB, Ed. Universitária.

DALMONTE, Edson Fernando. A narrativa jornalística e a representação da realidade. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, pp.05, 2009.

ECO, Umberto. (1991). *Tratado geral de semiótica*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.

FEARNSIDE, Philip Martin. A Hidrelétrica de Samuel: Lições para as Políticas de Desenvolvimento Energético e Ambiental na Amazônia. 2004. In http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/SAMUEL-EM-3-port-2.pdf. Acessado em 18 de dezembro de 2010.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214. 1994.

IPCC. *Relatório do Grupo de Trabalho 1 – A Base das Ciências Físicas (Sumário para os Formuladores de Políticas)*. 4º Relatório de Avaliação. Tradução Anexandra de Ávila Ribeiro. 25 p., 2007a. <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/50401.html>, acessado em 22/11/2010.

IPCC. *Relatório do Grupo de Trabalho 2 – Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade (Sumário para os Formuladores de Políticas)*. 4º Relatório de Avaliação. Tradução Anexandra de Ávila Ribeiro. 30 p., 2007b. <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/50401.html>, acessado em 12/3/2010.

IPCC. *Relatório do Grupo de Trabalho 3 – Mitigação da Mudança do Clima (Sumário para os Formuladores de Políticas)*. 4º Relatório de Avaliação. Tradução Anexandra de Ávila Ribeiro. 42 p., 2007c. <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/50401.html>, acessado em 22/11/2010.

LITTLEJOHN, Stephen. Theories of human communication. 4ª ed. Belmont, CA: Wadsworth, 1992.

LOPES, Luís Carlos. Ciências da comunicação, possibilidades e problemas. *Ciberlegenda*. Número 3, ano 2000.

RICOUER, P. (1994). *Tempo e narrativa* (C. M. César, Trad.). Campinas: Papirus. (Original publicado em 1983)

RODRIGUES, R.A; OLIVEIRA, J.A; AMOÊDO, P. M. Efeitos da desterritorialização ocasionada pela construção de grandes projetos estruturantes na Amazônia: o caso da matriz energética. Revista T&C Amazônia, vol. 18, p. 53-57, 2010.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1998.

VALA, José. Análise de conteúdo. In Silva, A. S. Pinto J. M. (orgs). Metodologia em Ciências Sociais. Porto, Edições Apontamentos, 1986.

VERÍSSIMO, A., BARRETO, P., MATTOS, M., TARIFA, R. & UHL, C. (1996). Impactos da Atividade Madeireira e Perspectivas Para o Manejo Sustentável da Floresta Numa Velha Fronteira da Amazônia: O Caso de Paragominas. In: Barros, Ana C. e Veríssimo, Adalberto (Eds). A Expansão da Atividade Madeireira na Amazônia: Impactos e Perspectivas para o Desenvolvimento do Setor Florestal no Pará. Belém: Imazon. p. 47-73.

WAQUIL, P. D.; FINCO, M. V. A. & MATTOS, E. J. (2004). Pobreza rural e degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso. Rev. Econ. Sociol. Rural., Brasília, v. 42, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032004000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 Dez 2010. doi: 10.1590/S0103-20032004000200007.

